

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

As demoras e atrasos na atribuição do subsídio de educação especial têm sido reportados por diversas ocasiões ao Grupo Parlamentar do PCP.

Recorde-se que se trata de uma prestação social atribuída pela Segurança Social e que se destina a compensar as famílias pelos encargos relativos ao apoio específico a crianças e jovens até aos 24 anos com deficiência e/ou necessidades especiais.

Este apoio é concedido a crianças e jovens que se encontrem a frequentar estabelecimento de ensino especial e que necessitem de apoio individualizado, mediante comprovada redução permanente de capacidade física, motora, orgânica, sensorial ou intelectual, certificada por um médico especialista.

O PCP tem questionado o Governo relativamente a esta matéria, tendo recebido, como resposta à Pergunta 2003/XIV/2.º que foi implementada uma “*solução de automação no preenchimento de modelos para maior celeridade nos procedimentos*”. Contudo, a realidade é que continuam a haver atrasos no deferimentos dos pedidos. Pedidos que foram entregues em setembro de 2021, o que podem significar, para muitas crianças e jovens, a interrupção de terapias, com consequentes retrocessos clínicos graves, além de transtornos profundos para as famílias destas crianças e jovens – o que é absolutamente inaceitável.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicitamos a V.ª Ex.ª que possa encaminhar ao Governo, por intermédio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes questões:

1 – Qual o ponto de situação quanto à atribuição do subsídio de educação especial? Quantos pedidos foram deferidos e quantos se encontram ainda em análise?

2 – Porque motivos se registam os atrasos relatados pelos encarregados de educação?

3 – Vai o Governo tomar medidas urgentes para que esta situação não se repita procedendo, designadamente à contratação de mais trabalhadores? Que outras medidas pondera tomar?”

Palácio de São Bento, 8 de março de 2022

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)